

I Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral: Discernir a Pastoral em Tempos de Crise: realidade, desafios, tarefas

FÉ, POLÍTICA E CIDADANIA: CAMPO DE AÇÃO SOCIOPOLÍTICA E PASTORAL

Robson Sávio Reis Souza¹

Uma boa tarde para todas e todos!

Quero agradecer o convite da FAJE, na pessoa do padre Geraldo Demori, e também das instituições parceiras deste Congresso de Teologia Pastoral.

O tema deste painel, “Fé, política e cidadania” possibilita uma série de abordagens. Proponho três recortes nesta oportunidade: o **primeiro**, um breve histórico do que vem a ser um amplo movimento eclesial denominado “fé e política” que circunscreve, por assim dizer, uma ética cristã comprometida com valores como igualdade, justiça social, combate a todas as formas de preconceito, descriminalização da política no ambiente eclesial, entre outras ações teórico-práticas.

O **segundo** recorte é uma tentativa de breve análise de como esse campo de fé e política está organizado no Brasil atualmente, considerando também, num **terceiro** recorte, quais os desafios que a realidade sociopolítica contemporânea demanda a esse campo de ação sociopolítica que congrega leigos e leigos brasileiros, movimentos, grupos e outros coletivos eclesiais, como veremos na sequência.

Iniciemos tratando do significado da expressão “fé e política”. De uma maneira simples e bastante objetiva, Frei Betto define:

Fé e política são instâncias diferentes que se completam na prática da vida. A fé exige participação em uma comunidade religiosa para ser cultivada. A política exige participação nas demandas populares e o conhecimento dos problemas sociais para ser

¹ Doutor em Ciências Sociais, com pós-doutorado em Direitos Humanos; é professor na FAJE e na PUC Minas, onde coordena o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp). É assessor do CEFEP, integrante do Movimento Nacional de Fé e Política e membro da equipe de análise de conjuntura sociopolítica da CNBB. É presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de MG.

consequente. A política deve se pautar por valores que, em geral, coincidem com os valores das propostas religiosas, como direitos dos excluídos, vida para todos, partilha de bens, poder como serviço, e outros. Sem esses valores, a política vira politicagem, e a corrupção produz a inversão que prioriza o pessoal ou o corporativo em detrimento do social e do coletivo.²

Considerando essas relações entre fé e política, podemos localizar o início de um movimento intitulado de “fé e política” no Brasil, a partir da década de 1990.

Porém, é preciso registrar que as origens de um amplo campo de atuação, debate, inserção e ação concreta dos leigos católicos na realidade sociopolítica, econômica e cultural brasileira, ou seja, uma experiência religiosa fecundada numa ética cristã, se remonta aos movimentos ligados a chamada Ação Católica (e suas vertentes Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica, Juventude Operária Católica, Juventude Feminina Católica), que se organizaram a partir da terceira década do século passado.

Esses movimentos eclesiais protagonizados por leigos já na década de 1930 inicialmente atuavam numa perspectiva conservadora e até reacionária. Mas, a partir da década de 1960 alguns desses movimentos, inspirados nas inovações do Concílio Vaticano II, passaram a ter um perfil de grande engajamento sociopolítico, incluindo grupos altamente engajados politicamente, sendo alguns rotulados de “revolucionários”, que atuaram fortemente no enfrentamento à malfadada ditadura civil-militar entre 1964 e 1985.

Pelos meados dos anos 1960 e início de 1970, os cristãos engajados, a CNBB e a maioria dos bispos só aos poucos percebem o que está além dos conflitos e das ideologias. Descobrem a importância das pequenas mediações e a possibilidade de serem a voz dos sem voz, preparando o grande esforço de presença, ação transformadora e libertadora à luz da fé. Passa-se a valorizar o poder transformador das comunidades e das ações comunitárias. É a práxis pastoral e libertadora que se antecipa e torna-se a base da futura sistematização da chamada Teologia da Libertação. Aparecem, na pauta de preocupações, temas como a luta pelos direitos humanos, a defesa das minorias étnicas, a luta pela terra, a recuperação da dignidade dos trabalhadores. Como estratégia, destacam-se a organização do povo e a valorização de sua capacidade de ser agente de transformação, experimentando a solidariedade, capaz

² **Relação fé e política.** Leia o texto completo de Frei Betto em: <https://ceseep.org.br/relacao-fe-e-politica-frei-betto/>. Acessado em 21abr2021.

de conduzir, pela ação pacífica, constante e tenaz, a uma melhor qualidade de vida para todos. (SOUZA, 2008, p. 48).

Na década de 1980, com a chamada redemocratização, observamos novos perfis de atuação de movimentos sociais e também dos segmentos laicais envolvidos em ações sociopolíticas transformadoras para dentro e para fora da igreja católica. O clima de maior engajamento político de várias instâncias da sociedade, as transformações sociais advindas com as liberdades democráticas, o pluralismo religioso que já se apresentava à realidade cultural foram alguns dos fatores que podem justificar novo modo de atuação dos leigos na vida eclesial.

Esses fatores criaram um quadro extremamente favorável ao surgimento de iniciativas de educação política, visando preparar as pessoas para atuarem conscientemente neste campo. Como as outras instituições sociais, também a Igreja foi influenciada por essas mudanças, não tanto por causa de um debate interno em torno de ideias, mas porque esse conflito social a levou a um novo posicionamento, ampliando seu conceito de sociedade e levando-a a rever sua missão, buscando novos caminhos para responder aos desafios¹⁰. É o que se analisará em seguida. (MAXWELL, s/d, p. 61).

Uma série de novas formas de atuação e participação laical no cotidiano pastoral da igreja católica, como as pastorais sociais e outros movimentos eclesiais surgiram no bojo da Teologia da Libertação e estão na origem do que conhecemos como o campo eclesial denominado de fé e política.³

Trata-se de uma história complexa. Não temos a pretensão de detalhá-la. Mas, o primeiro registro digno de nota desse vasto campo foi a criação do Movimento Nacional Fé e Política, em junho de 1989. No *site* do referido movimento está registrado que o Movimento foi criado “durante um encontro de pessoas unidas pela fé cristã engajada

³ Denominamos de campo de fé e política porque nele identificamos um conjunto de movimentos, instituições, ações concretas e outras formas organizativas que comungam de uma mesma espiritualidade e práxis sociopolíticas. Não se trata de vinculação institucional, mas de pertencimento a um modo agir pastoral, social, eclesial e politicamente. Estamos nos referindo a: grupos de fé e política; escolas de fé e política (de nível local e regional, inclusive alguns delas ligadas a outras igrejas cristãs, além da igreja católica); centros de articulação e formação em fé e política (como o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas, o Iser/Assessoria, o Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular, entre outros); pastorais sociais; órgãos eclesiais (como CIMI, CPT, etc.).

nas lutas populares, com o objetivo de alimentar a dimensão ética e espiritual que deve animar a atividade política”.⁴

O Movimento Nacional de Fé e Política (MF&P) ampliou sua atuação e formas de mobilização ao longo dos anos, promovendo encontros de estudo, dias de espiritualidade, publicando os Cadernos de Fé e Política e dez anos após sua criação, passou a promover grandes Encontros Nacionais de Fé e Política, sendo o último realizado em 2016, em Campina Grande (PB).⁵

Ainda na década de 1990, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil para o quadriênio 1991-1994.

No número 248, do referido documento, está assentado que “é urgente promover a atuação dos leigos nas diversas esferas da sociedade (política, ciência, técnica, artes, MCS)” e segue, no número 251, afirmando que “é preciso levar adiante o esforço de formação específica, preparando os cristãos para uma inserção ativa na sociedade”.⁶

Em 1996, a CNBB lança a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Política”. No número 179 do texto-base da Campanha está anotado que a hierarquia católica “na missão de alimentar, animar a união e a comunhão no interior da Igreja, cabe”: (...) apoiar grupos e comunidades que buscam se encontrar para estudar os problemas políticos e acompanhar, de maneira educativa, os cristãos que militam nos partidos políticos”.

No número 180 do referido documento lemos:

Para que os leigos desempenhem sua tarefa específica é sumamente importante que recebam uma especial e adequada formação para participação política que lhes possibilite: aprender a fazer análise da realidade; conhecer as propostas e práticas dos partidos e candidatos, aprendendo a respeitar a opção partidária dos outros; adquirir consciência crítica frente à realidade política; desenvolver a sua formação na fé e

⁴ Veja o histórico e a **Carta de Princípios do Movimento** em: <https://fepolitica.org.br/historico/historico-do-movimento-nacional-fe-e-politica/>. Acesso em 21abr2021.

⁵ Encontros que chegaram a reunir milhares de cristãos de várias partes do Brasil, como os encontros de Ipatinga (2009), com 3.600 participantes; Nova Iguaçu (2007), com 4.500 participantes e Vitória (2006) com 4.000 participantes.

⁶ **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil para o quadriênio 1991-1994**. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183446.pdf. Acesso em 21abr2021.

adquirir sólido conhecimento da Doutrina Social da Igreja para discernir e avaliar com critérios evangélicos a realidade e a ação política. (Texto-base da CF/1996, n. 180).

Um pouco mais à frente, no número 200A, o texto-base propõe:

Motivar os grupos de reflexão da CF/96 e os movimentos organizados e pastorais nas paróquias para fazerem um levantamento detalhado das forças políticas existentes no município (partidos políticos, associações, sindicatos, grupos populares, grupos de produção...) e oferecer o resultado do trabalho aos agentes políticos no final da Campanha. Propor a criação de Comissões de Acompanhamento Político (experiência de Feira de Santana-BA e União da Vitória-PR), formadas pelas pastorais sociais. Elas assistem todas as reuniões da Câmara e informam os resultados mediante boletins. Estas experiências têm mudado a relação do agente político com a comunidade. Propor o levantamento, durante a CF/96, dos principais problemas do município, com propostas de solução, entregando-as aos agentes políticos (prefeito, vereadores, juízes, chefe do INSS, diretores de hospitais, presidentes de partidos políticos, sindicatos, etc.). Proporcionar visitas às Prefeituras, Câmaras Legislativas ou dos Vereadores, Fóruns jurídicos... procurando saber quais os projetos existentes nas respectivas casas ao serviço das necessidades mais sentidas pelo povo. (Texto-base da CF/1996, n. 200-A).

E, por fim, no número 209, a CNBB, com o objetivo de estimular a participação dos cristãos na política, sugere às igrejas locais que seja oferecido

um espaço especial para reflexão e celebração: de grupos comunitários que articulem a fé e a vida, a fé e a política; assessoria pastoral que lhes permita crescer e aprofundar a sua fé; cursos para uma sólida formação política à luz da Doutrina Social da Igreja; oferta de espaço para que o dirigente político cristão possa ajudar a comunidade na sua formação política e compromisso social; instâncias de reflexão que facilitem o confronto das exigências proféticas do Evangelho com os projetos políticos; apoio e incentivo para impregnar o movimento social dos grandes valores éticos e cristãos do Evangelho. (Texto-base da CF/1996, n. 209).

A partir da Campanha da Fraternidade de 1996, diversas dioceses iniciaram um processo de estímulo à criação dos chamados “grupos de fé e política”⁷. Alguns desses

⁷ Por uma pressão de grupos mais conservadores e certa criminalização do termo “política” por múltiplos segmentos eclesiais e eclesiásticos, alguns grupos têm denominações diversas, como “grupos de fé e cidadania”, grupos de fé e vida” etc.

grupos foram, posteriormente, transformados em “escolas locais de formação política para os cristãos” e, na sequência, de “escolas de fé e política”.

Em 2005, a CNBB criou o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, o CEFEP, com o objetivo de articular e prover elementos técnico-teóricos a essas escolas em todo território nacional. Segundo o documento de criação do CEFEP:

A proposta do **Centro Nacional Fé e Política “Dom Helder Câmara”** é o fruto de um processo de reflexão e debates, articulado pela Comissão Episcopal para o Laicato, através do texto “Escola de Formação Política para os Cristãos Leigos e Leigas”. Este texto foi apresentado em várias instâncias: no Conselho Episcopal de Pastoral (CONSEP); na 42ª Assembleia Geral dos Bispos; no encontro dos Secretários executivos dos Regionais da CNBB; na V Assembleia dos Organismos do Povo de Deus. O processo de reflexão culminou com o “Seminário Fé e Política”, realizado nos dias 19 a 20/06/2004, em Brasília – DF, com a presença de representações de 20 escolas locais de Formação Política dos cristãos em nível diocesano, regional e de movimentos eclesiais. (...) sendo que o Centro tem como objetivo “apoiar, estimular, articular e estabelecer parcerias com Grupos e Escolas de “Fé e Política” e com outros organismos e entidades que tenham como temática central a Fé e a Política”.⁸

Como registrado anteriormente, em dezenas de paróquias do Brasil foram criados os grupos de fé e política e algumas dioceses já estavam investindo na criação de escolas de fé e política. Além de grupos de fé e política ligados a paróquias e dioceses, também surgiram grupos ligados a congregações religiosas. Na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, por exemplo, há um grupo de fé e política com longa caminhada. Também observamos grupos de fé e política ligados a outros movimentos eclesiais, como a Renovação Carismática Católica, os vicentinos, o Conselho Nacional dos Leigos e Leigas do Brasil, que tem um setor chamado de fé e política, movimentos sociais e instituições de ensino.

Não faremos um histórico desse amplo movimento que envolve a criação dos grupos e escolas de fé e política pela sua complexidade. Mas, o fato é que atualmente, ou seja, neste início da segunda década do século XXI, há no Brasil um número indefinido de grupos de fé e política e cerca de 100 escolas de fé e política, de âmbito local, diocesano e regional, articuladas pelo CEFEP.

⁸ Para mais informações sobre a **história e criação do CEFEP** acesse: <http://www.cefep.org.br/proposta-do-centro-nacional-de-fe-e-politica-dom-helder-camara/>. Acessado em 21abr2021.

Além da rede de escolas de fé e política, criou-se em 2020 uma Rede Brasileira de Fé e Política, que comentaremos a frente.

Até aqui, sem nenhuma pretensão de resumir a rica e complexa história do que estou denominando de campo de fé e política, fiz um pequeno histórico do que vem a ser esse setor eclesial de atuação sociopolítica. Destaco que podemos observar duas importantes iniciativas que motivaram a constituição desse campo: uma, que chamo de eclesial, no sentido de esforços da Igreja Católica, principalmente através da CNBB, na articulação de grupos católicos envolvidos com a dimensão sociopolítica e transformadora da sociedade, investindo na criação de grupos, escolas e outras instâncias de formação e ação política com vistas a uma atuação na sociedade através dos leigos. Outro movimento, que chamo de eclesial, caracterizado pela ação de cristãs e cristãos, leigos e leigos engajados politicamente em movimentos sociais, partidos políticos e outras instâncias sociais que articulam, há décadas, ações sociotransformadoras em parceria com o clero e a hierarquia católica.

É preciso destacar que há uma grande diversidade desse campo: grupos de fé e política, de base local (paroquial) com múltiplas iniciativas como mobilização sociocomunitária e atuação em grupos de acompanhamento do poder legislativo municipal; escolas de fé e política⁹, com formação permanente de militantes sociais e articulação de redes de ação política, incluindo escolas de outras igrejas cristãs; instituições de formação ligadas a estruturas eclesiais, como o CEFEP (da CNBB), o Nesp (da PUC Minas), o Iser/Assessoria, o CESEEP; movimentos de leigos com ações de mobilização, formação e articulação política, como o Movimento Nacional de Fé e Política; pastorais sociais e outros organismos eclesiais como a CPT, o CIMI; redes de leigos que atuam nas Comissões de Justiça e Paz e nos Conselhos de Leigos.

Ainda é importante registrar uma estreita relação do campo de fé e política com a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base. Todos esses grupos, coletivos, escolas e instâncias mantêm uma estreita ligação com o que se denomina de espiritualidade sociotransformadora e, com maior ou menor grau de ação política, atuam nesse multifacetado e complexo campo que estamos denominando de fé e política.

⁹ Em 2013, o Nesp/PUC Minas publicou o livro **Fé, política e cidadania**, no qual disponibilizou os resultados de uma pesquisa realizada entre 2009 e 2013, com vistas a conhecer e caracterizar os grupos formados por leigos católicos que atuam em um campo que, em voz corrente, é designado “fé e política” na Arquidiocese de BH. Disponível em: <https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2020/05/NESP-Caderno-Tematico-n.-3-F%C3%A9-pol%C3%ADtica-e-cidadania-pesquisas.pdf>. Acesso em 02mai2021.

Para os interessados em conhecer mais detalhes sobre o campo de fé e política no Brasil, indico o artigo “Gênese das Escolas de Fé e Política”, disponível no sistema MAXWELL da PUC Rio.¹⁰

Feitas essas considerações iniciais, gostaria de passar para um segundo ponto. Agora, vamos tratar de como está organizado e quais os principais desafios que esse campo de fé e política enfrenta nos dias atuais.

Como já apresentado anteriormente, nos últimos anos aconteceram várias ações com vistas a uma melhor articulação de instâncias de formação e ação do campo de fé e política tanto em nível local, quanto regional e no nível nacional na igreja católica.

Além de ações de base local, realizadas por grupos de fé e política e outros coletivos eclesiais, várias dioceses brasileiras mantêm suas escolas de fé e política. Observamos também a criação de redes regionais, como por exemplo a Rede da Pastoral de Fé e Política Sul -1¹¹ e a Rede de Escolas de Cidadania de São Paulo¹²; a rede do Regional Nordeste -5 e a Escola Regional de Fé e Política Pe. Humberto Plummen, ligada ao Setor de Pastoral Social da CNBB – Nordeste - 2¹³. Esta última rede, além de formação política continuada oferece vários outros serviços, como por exemplo, o monitoramento das políticas públicas implementadas nas províncias eclesiais de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.¹⁴

Em outras frentes de ações, observamos as articulações realizadas por movimentos autônomos, como o Movimento Nacional de Fé e Política que passou a integrar de forma mais articulada outras redes, como as redes ligadas ao CEFEP.

Atualmente, o CEFEP além de oferecer um curso nacional de formação de fé e política, coordena uma potente rede de escolas de fé e política em todo o país. Pelo menos 90 escolas paroquiais, diocesanas e regionais estão cadastradas e articuladas nessa rede.

¹⁰ **Gênese das Escolas de Formação de Fé e Política.** Neste link: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15625/15625_4.PDF. Acesso em 02mai2021.

¹¹ Para mais informações acesse o site: <http://www.pastoralfp.com/>

¹² **A Rede de Escolas de Cidadania de São Paulo realiza seu primeiro encontro do ano.** Veja mais em: <http://www.cefep.org.br/a-rede-de-escolas-da-cidadania-de-sao-paulo-realiza-seu-primeiro-encontro-do-ano/>. Acessado em 21abr2021.

¹³ **Inicia-se a Escola Regional de Fé e Política.** Veja mais informações aqui: <https://caritascaico.org.br/inicia-se-escola-regional-de-fe-e-politica/>. Acessado em 21abr2021.

¹⁴ **Escolas de Fé e Política farão monitoramento de políticas públicas.** Veja aqui: <https://cnbbne2.org.br/escolas-de-fe-e-politica-farao-o-monitoramento-de-politicas-publicas/>. Acessado em 21abr2021.

A partir de 2019, iniciou a discussão da criação de uma Rede Brasileira de Fé e Política que foi institucionalizada em 05 de dezembro de 2020. Na ocasião, foi apresentada uma Carta de Adesão à Rede, cujo objetivo inicial concentra-se no desenvolvimento das atividades pautadas por um tripé: espiritualidade libertadora, reflexão (análise crítica da realidade/formação) e ação política de modo coletivo, no qual as entidades parceiras se comprometem a trabalhar conjuntamente em certas pautas comuns mantendo, porém, sua autonomia. As instâncias que criaram a Rede são: Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara”; Movimento Nacional Fé e Política; Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e Arquidiocese de BH; Iser-Assessoria; Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular; Comissão Brasileira de Justiça e Paz; Escola Regional de Fé e Política Pe. Humberto Plummen; Conselho Nacional do Laicato do Brasil; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs; Escolas de Fé e Política da Região Sul (PR, SC e RS).; Escolas de Fé e Política da Igreja Batista de Coqueiral – PE e Pastoral Fé e Política do Regional Sul 1 da CNBB.¹⁵

Feitas essas breves considerações sobre o campo de fé e política, sua capilaridade e formas organizativas, vamos tratar brevemente dos desafios desse campo na atualidade.

Vivemos numa quadra histórica de crise epocal. Não se trata de uma época de crises, mas de uma crise sistêmica que já desagua em profundas mudanças. É uma espécie de tempestade perfeita: crise ecológica, crise econômica, crise democrática, crise no mundo do trabalho e a crise sanitária, com a pandemia da Covid-19. Tudo isso provoca uma crise de um tempo; poderíamos dizer, de uma época.

No Brasil temos a sina de ainda conviver com um governo de extrema-direita, que não tem nenhum compromisso com a Nação, com a democracia, com os direitos humanos; enfim, com a vida em suas múltiplas manifestações. Um governo apoiado pelos segmentos mais reacionários da sociedade e cujo objetivo é a destruição do pouco que o pouco que o povo brasileiro conquistou desde a Constituição de 1988. Pouco

¹⁵ Para mais informações sobre a criação da Rede Brasileira de Fé e Política acesse: <https://nesp.pucminas.br/index.php/2020/12/08/nesp-participa-da-criacao-da-refep-rede-brasileira-de-fe-e-politica/>. Acessado em 21abr2021.

porque o Brasil, não obstante a ampliação de direitos e políticas públicas, numa saiu do rol dos países mais desiguais, injustos e violentos do mundo.¹⁶

Esse novo cenário demanda uma cidadania mais ativa e participativa. Depois de uma década e meia de relativa passividade dos movimentos sociais, eclesiais e populares durante os governos do Partido dos Trabalhadores (que investiram muito em políticas públicas, políticas de transferência de renda, incentivo ao consumo e criação de instâncias de controle do Estado e participação popular – em parte num ambiente geopolítico e econômico favorável), o país foi golpeado por uma coalizão formada por grupos políticos, econômicos, judiciários, midiáticos e religiosos, com apoio dos Estados Unidos da América, contrários à construção de uma nação soberana, igualitária e justa. Esse é um entendimento compartilhado majoritariamente pelo campo denominado de fé e política.

Desde 2016, os indicadores de renda, emprego, fome, miséria, execução de políticas públicas, gestão do meio ambiente e do patrimônio público, entre outros, apontam para o desmonte de um estado de bem-estar social que estava sendo edificado, lentamente, no Brasil.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, observamos práticas violentas de criminalização da política e dos movimentos sociais, a destruição sistemática do meio ambiente, a perseguição a comunidades tradicionais, quilombolas e grupos vulneráveis, a utilização de *fake news* como estratégia de diversionismo e mobilização social, o protagonismo de políticas ultraliberais, o desdém à ciência e à vida e a sistemática utilização de um perverso moralismo de base religiosa a disputar cosmovisões dentro do cristianismo em geral e do catolicismo em particular.

Aqui devo fazer um parêntesis: a utilização da religião, notadamente do cristianismo, tem caracterizado a chamada nova extrema-direita global, como revelou recentemente o vaticanista Iacopo Scaramuzzi em no livro intitulado *Dio? In fondo a destra – perché i populismi sfruttano il cristianesimo* (em tradução literal: Deus? No

¹⁶ Mais detalhes sobre a questão da violência estrutural no Brasil veja em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573752-cf-2018-especialista-em-seguranca-publica-analisa-a-face-da-violencia-no-brasil>. Acessado em 21abr2021.

fundo à direita – Porque os populismos desfrutam do cristianismo), cuja capa estampa quatro dos principais expoentes desse fenômeno: Salvini, Trump, Bolsonaro e Putin.¹⁷

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 22 de setembro de 2020, Jair Bolsonaro usou o polêmico termo “cristofobia” que sinaliza uma estratégia político-eleitoral voltada ao público “religioso”. Segundo Ronilso Pacheco, pastor evangélico e estudioso das religiões, o termo cristofobia é usado como estratégia eleitoral para agradar os segmentos mais radicais do cristianismo.¹⁸

Bolsonaro, além de ter utilizado na sua campanha eleitoral o lema “Brasil acima de tudo; Deus acima de todos”, também já evocou um lema do integralismo, “Deus, pátria e família”, num discurso para mobilizar sua base de apoio ultraconservadora e fundamentalista religiosa. O integralismo, diga-se de passagem, se constituiu no Brasil a partir da década de 1930 como uma espécie de “fascismo à brasileira”, com movimentos e ações políticas de viés religioso, e foi fundamental na construção de uma base social para o golpe militar de 1964. Portanto, a manipulação da religião se constitui numa das táticas de mobilização de massas pelo governo Bolsonaro.

Há que se observar também as alianças entre o chamado neopentecostalismo (um campo religioso muito diversificado), o militarismo e segmentos religiosos. A bancada intitulada BBB (Bala, Bíblia e Boi), que já existia antes de Bolsonaro, é um caso mais emblemático que une religiosos, defensores do armamento e do militarismo, representantes de grupos econômicos poderosos, como o agronegócio, na articulação e defesa de uma pauta neoliberal, conservadora e autoritária no Congresso Nacional.

Mas, não é somente isso. Uma reportagem da **Revista Fórum**, de janeiro de 2020, intitulada “Igreja Universal cria seu exército particular com recrutamento de PMs” apresenta um vídeo institucional da “Universal nas Forças Policiais (UFP)”, braço da igreja de Edir Macedo nas “Forças de Segurança Pública, Forças Armadas e órgãos governamentais”. Segundo o vídeo, a Universal atingiu 983.441 policiais e familiares

¹⁷ **Extrema-direita: pautas moralistas unem religião e militarismo.** Veja em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602840-extrema-direita-pautas-moralistas-unem-religiao-e-militarismo> . Acessado em 21abr2021.

¹⁸ **Debate sobre cristofobia é estratégico para candidatura ultraconservadoras, avalia pesquisador.** Veja em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-28/debate-sobre-cristofobia-e-estrategico-para-candidaturas-ultraconservadoras-avalia-pesquisador.html>. Acessado em 21abr2021.

no ano de 2019, em 73.526 palestras, eventos e cafés realizados, e doado 439.471 “Bíblias e literaturas”.¹⁹

Portanto, a questão religiosa nunca esteve tão imbricada com questões político-econômicas como nos últimos tempos. Lembrando que tudo isso ocorre num contexto de imensa transformação sociocultural motivada pela transição religiosa vertiginosa que ocorre no Brasil nos últimos 50 anos, principalmente a partir da década de 1990, com o aumento exponencial das igrejas evangélicas no Brasil e clara opção de algumas dessas igrejas em disputar, entre outros, o poder político do Estado.

É importante esclarecer que grupos religiosos estão à postos para servirem de escudo a um empreita moralista, como podemos observar, por exemplo, nas ações da ministra Damares Alves e grupos localizados estrategicamente em ministérios como o do Meio Ambiente, Educação, Advocacia Geral da União, e a Secretaria da Cultura atuando há algum tempo com a implantação de regras moralistas de base religiosa.

Ademais, lideranças religiosas alinhadas à teologia da prosperidade (de um deus que abençoa aqueles que gostam e têm dinheiro) e à teologia do domínio (assentada no pressuposto de que o domínio da terra foi usurpado pelo diabo que, no delírio obscurantista de certos grupos religiosos, são os comunistas, esquerdistas, socialdemocratas, cientistas, progressistas, feministas, movimento LGBTQI+ etc.) apareceram com destaque na mídia, usurpando da pauta moral e de costumes para suscitar engajamento e adesão nas redes sociais movidas por fanatismo religioso, no campo evangélico e católico.

Noutra frente de disputas reais e simbólicas persiste a discussão das isenções fiscais a instituições religiosas. O controle público das movimentações financeiras de igrejas é relevante porque muitas das agremiações religiosas se transformaram em verdadeiras lavadeiras financeiras, como afirmou a antropóloga e cientista política Jacqueline Muniz em entrevista à **Revista Fórum**: “Lavanderias do dinheiro do crime passa por agremiações religiosas. Onde é que você vai lavar o dinheiro do crime, você vai usar as agremiações religiosas porque cada uma delas tem um CNPJ. Então você pode criar uma casa de oração ali na esquina, lavar o dinheiro do crime e com isso

¹⁹ Igreja Universal cria seu exército particular com “recrutamento” de PMs. Veja em: <https://revistaforum.com.br/politica/video-universal-nas-forcas-policiais-braco-de-edir-macedo-na-seguranca-publica-diz-ter-atingido-quase-1-milhao-de-soldados/>. Acessado em 21 abr2021.

também produzir intolerância religiosa, destruição de terreiros nas comunidades populares”, disse a especialista em segurança pública.²⁰

Soma-se a tudo isso, e é importante este registro, o fato de o campo de fé e política ter assumido, também, um compromisso na defesa do Papa Francisco que tem sido atacado fortemente por grupos ultraconservadores e fundamentalistas de dentro e fora do catolicismo. Não por coincidência, o Papa Francisco tem se colocado claramente contra políticas armamentistas, negacionistas, anti-imigração, destruidoras da Casa Comum, o que é motivo de ira para os grupos religiosos ultraconservadores católicos e evangélicos, cujas ligações com o poder econômico, a cosmovisão das elites e o imperialismo estadunidense são históricas.

É nesse cenário de imensos desafios que o campo de fé e política é instado a se articular e ampliar sua atuação na atualidade. Não à toa, há um grande esforço dos vários grupos, movimentos, instâncias de formação que atuam na área de fé e política no sentido de pensar em ações de curto prazo, como mobilização social; médio prazo, com formação política; e longo prazo, na recomposição desse campo de atuação, com a inserção de novos atores e uma melhor articulação com os setores progressistas de igrejas cristãs e de outras tradicionais religiosas não-cristãs que atuam numa perspectiva sociotransformadora, democrática e humanista.

Desde 2019, observamos uma série de ações que congregam iniciativas a apontarem as tentativas de maior articulação desse campo. A título de exemplo, podemos identificar uma série de notas e manifestações públicas denunciando necropolíticas²¹ patrocinadas pelo governo Bolsonaro que congregam desde grupos de bispos brasileiros, com a chamada “Carta ao Povo de Deus”²², passando por inúmeras

²⁰ **Igrejas tornaram-se lavanderias para o dinheiro das milícias.** Veja em: <http://www.ineac.uff.br/index.php/noticias/item/427-igrejas-tornaram-se-lavanderias-para-o-dinheiro-das-milicias> . Acessado em 21abr2021.

²¹ Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. O ensaio virou livro e chegou ao Brasil em 2018, publicado pela editora N-1. Para Mbembe, quando se nega a humanidade do outro qualquer violência se torna possível; de agressões até morte.

²² **Em “Carta ao Povo de Deus”, 152 bispos criticam “incapacidade” de Jair Bolsonaro.** Veja aqui: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/27/em-carta-ao-povo-de-deus-152-bispos-criticam-incapacidade-de-jair-bolsonaro> . Acessado em 21abr2021.

notas públicas assinadas por grupos de entidades do campo de fé e política²³, sacerdotes unidos no grupo intitulado “padres da caminhada”²⁴, entre outras ações.

Um primeiro exemplo de como o campo de fé e política vem se articulando para o enfrentamento do grave cenário sociopolítico contemporâneo brasileiro é a criação da Rede Brasileira de Fé e Política, com vistas a uma ação política mais eficiente.

Outro exemplo: no primeiro semestre desde ano de 2021, o Movimento Nacional de Fé e Política se reuniu virtualmente várias vezes para fazer um planejamento de suas ações. O Movimento definiu como prioridades:

I - Promover, formar e acompanhar a criação e articulação de Grupos de militantes em fé e política.

II - Priorizar quatro temáticas: 1) Análise da Conjuntura e Análise da Realidade; 2) Espiritualidade Político-libertadora; 3) Metodologias ativas e libertadoras; e 4) Cultura do bem-viver.

III - Desenvolver uma estratégia de Produção de Conhecimento, por meio de um Programa de Estudos autogestionado.

IV - Realizar Rodas de Diálogo com as Pastorais da Juventude, JUFRA e Juventudes do CNLB para cooperar numa estratégia de Formação, incluindo assessores e assessoras, além de coordenadores/as.

V - Valorizar, acolher e divulgar iniciativas de formação sistemáticas promovidas por militantes ou instâncias do MNF&P, por meio de *lives* ou de cursos, como ações orgânicas do Plano de Ação do Movimento, desenvolvendo critérios para acolher outras iniciativas.²⁵

Para a consecução dessas ações, foram criados grupos de trabalho com a função de articular atividades de formação e ação objetivando a criação de grupos de militantes de fé e política; a produção de análises de conjuntura e outros materiais para auxiliar na reflexão/ação sobre a espiritualidade político-libertadora, incluindo o ecumenismo e

²³ Veja, por exemplo: **Vacinar-se é um gesto de amor: nota conjunta CNLB, CRB, CNIS, CNP, CND, CBJP CEFEP**, aqui: <https://crbnacional.org.br/nota-conjunta-vacinar-se-e-um-gesto-de-amor/>; **Nota pública: apoio à CPI do genocídio e pela vida do povo que sofre**, aqui: <https://nesp.pucminas.br/index.php/2021/04/16/nota-publica-apoio-a-cpi-do-genocidio-e-pela-vida-do-povo-que-sofre/>; **Nota conjunta: não à estrangeirização de terras no Brasil. Sim, à soberania nacional!**, aqui: <https://nesp.pucminas.br/index.php/2020/12/22/nota-conjunta-nao-a-estrangeirizacao-de-terras-no-brasil-sim-a-soberania-nacional/>. Acessado em 21abr2021.

²⁴ **Com mais de 1500 assinaturas, Padres da Caminhada lançam mensagem de apoio à Carta ao Povo de Deus dos bispos**. Veja aqui: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601501-com-mais-de-1-500-assinaturas-padres-da-caminhada-relancam-mensagem-de-apoio-a-carta-ao-povo-de-deus-dos-bispos>. Acessado em 21abr2021.

²⁵ Extraído do planejamento do Movimento Nacional de Fé e Política realizado virtualmente em 23 e 24 de abril de 2021. Agradeço a contribuição de Daniel Seidel.

macro-ecumenismo; promoção de retiros e momentos de espiritualidade; produção de reflexões teológicas, de metodologias ativas e libertadoras, de conhecimento (como o tema da cultura do bem-viver), além do incentivo a rodas de conversas temáticas, incluindo a utilização de ferramentas virtuais não somente durante a pandemia.

Um terceiro exemplo: dentro dos esforços de organização e articulação de redes de fé e política registramos a campanha de formação e mobilização política para as eleições municipais de 2020, que congregou o setor político do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, a Comissão Brasileira Justiça e Paz, o Centro Nacional de Fé e Política “Dom Hélder Câmara” e o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas. A publicação de materiais de formação política (cartilhas, vídeos, textos, etc.) e a criação de um *hotsite* exclusivo tiveram como objetivo contribuir para um discernimento crítico da participação de cristãos, principalmente, leigos e leigas, nas eleições municipais de 2020.²⁶ A partir dessa experiência, está sendo desenvolvido um projeto de curso em modalidade virtual para a formação de lideranças para atuarem na política institucional.

Por fim, é preciso notar que há um esforço vigilante e ativo do campo de fé e política na defesa do magistério do Papa Francisco, atacado por grupos fundamentalistas católicos e evangélicos, por poderosos grupos econômicos ultraliberais que abominam a defesa dos mais vulneráveis e da Casa Comum protagonizada pelo Papa e por grupos políticos de extrema-direita que pregam um cristianismo autoritário, segregador e excludente.

Como se pode notar, o campo de fé e política, amplo, diverso, plural e potente, através de lideranças do laicato e com apoio de instâncias da igreja católica e de parte do episcopado têm envidado esforços de formação e ação política nesta dramática quadra histórica que atravessamos.

Como disseram Fernando Brant e Milton Nascimento na canção, “se muito vale o já feito, mais vale o que será”.

²⁶ Acesse aqui o *hotsite*: <https://cnlb.org.br/eleicoes2020/> . Acessado em 21abr2021.

Referências bibliográficas:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991/1994.** Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183446.pdf. Acesso em abril de 2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996.** Disponível em: <https://caminhosevidas.wordpress.com/1996/04/16/campanha-da-fraternidade-1996/>. Acesso em abril de 2021.

MAXWELL. **Gênese das Escolas de Formação Fé e Política.** Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15625/15625_4.PDF. Acesso em abril de 2021.

PENZIM, Adriana Maria Brandão (org.). **Fé, política e cidadania: pesquisas.** Belo Horizonte: Nesp/PUC Minas, 2013. (Cadernos Temáticos do Nesp, 3). Disponível em: <https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2020/05/NESP.-Caderno-Tematico-n.-3-F%C3%A9-pol%C3%ADtica-e-cidadania-pesquisas.pdf> .

SCARAMUZZI, Iacopo. **Dio? In fondo a destra. Perché i populismi sfruttano il cristianesimo.** Editora EMI, 2020 (em italiano).

SOUZA, R. S. R. **O comunitarismo cristão e suas influências na política brasileira – uma revisão bibliográfica sobre o comunitarismo católico no Brasil.** HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 6, n. 12, p. 41-68, 3 jun. 2008.